



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

OCCASIONAL PAPER N.º 21

**UM PASSO EM FRENTE, DOIS PASSOS ATRÁS.
A REFORMA CONSTITUCIONAL NO EGÍPTO**

Michael Meyer-Resende, *Democracy Reporting International*

27 de Março de 2007

Os Egípcios votaram no referendo sobre a reforma constitucional iniciada pelo Presidente Mubarak no fim do ano passado, com a promessa de tornar o Egípto mais moderno e mais democrático. Poucos Egípcios sabiam o que estava em causa no referendo. O Presidente Mubarak convocou o referendo num prazo extremamente curto, e só permitiu cinco curtos dias de discussão e campanha para avaliar a revisão de 34 artigos da Constituição.

O processo referendário não foi um passo para a democracia. O que pode trazer de positivo a revisão constitucional? Pode haver um elemento de modernização na eliminação das referências ao socialismo, uma relíquia dos bons tempos do socialismo árabe. Mas essa actualização é pontual: mesmo depois da revisão, a Constituição vai continuar a impor que metade dos membros das duas câmaras parlamentares sejam “operários e camponeses”.

O lado mais importante da revisão refere-se ao processo eleitoral e à arquitectura constitucional do Egípto. As eleições no Egípto têm sido realizadas sob a supervisão dos juizes, que são considerados mais independentes do que o Governo. A revisão vai reduzir o papel dos juizes em benefício de uma comissão eleitoral independente. Mas é difícil imaginar uma comissão independente sair do Estado dominado pelo Partido

Democrático Nacional de Mubarak. As comissões eleitorais já foram criadas para as eleições parlamentares e presidenciais de 2005, com pouco efeito.

A revisão constitucional vai dar uma maior influência ao Parlamento sobre o Governo, nomeadamente no processo orçamental. Mas o essencial da revisão serve para beneficiar a pessoa que propôs a revisão: o Presidente. O Presidente passa a ter o direito de dissolver a Assembleia do Povo sem precisar de fazer aprovar a sua decisão por referendo. Por outro lado, também vai ter uma maior influência no processo legislativo. Até à data, a feitura das leis pertence à câmara baixa do Parlamento, mas a revisão propõe que a câmara alta –o Conselho da *Shura* – passe a estar envolvida nesse processo. Um terço dos membros do Conselho da *Shura* é nomeado pelo Presidente.

A questão politicamente mais sensível é a proibição constitucional dos partidos de "base religiosa". Embora essa proibição já exista na lei dos partidos políticos, a revisão constitucional vai dar às autoridades egípcias uma razão adicional para se concentrarem na repressão da Irmandade Muçulmana, o mais importante grupo da oposição. O problema é que o Governo e o PDN nunca foram justos na questão religiosa; de acordo com a Constituição do Egito, o "Islão é a religião do Estado" e a "principal fonte da lei é a jurisprudência islâmica (*Sharia*)". O Egito não é um Estado secular. Com efeito, o *website* do PDN mostra que o partido não hesita em recorrer à retórica islâmica. É difícil evitar a impressão de que a proibição dos partidos religiosos serve sobretudo para marginalizar a oposição política, quer a Irmandade Muçulmana, quer os partidos islâmicos mais moderados, como o *Al Wasat*, cujo registo foi recusado pela entidade competente, dominada pelo PDN. Nada obsta a que se garanta que os programas partidários não defendam a discriminação e outras violações das normas internacionais de direitos humanos, mas isso tem de ser feito de uma forma equilibrada. As falhas no sistema justificam que a Irmandade Muçulmana não tente registar-se como um partido, em vez de competir nas eleições com candidatos independentes. Um processo limpo de registo forçaria o grupo a prestar contas sobre o seu programa, as suas finanças e a sua composição.

Embora a revisão constitucional traga melhorias, a sua orientação geral não aponta para a democratização. Os grupos de direitos humanos criticaram as novas cláusulas anti-terrorismo, que podem perpetuar o estado de emergência que dura há vinte e seis anos. A posição do Presidente é reforçada, sem haver condições para competir livremente nas eleições presidenciais. Com o agravamento da proibição dos partidos religiosos e restringindo o direito de candidatura nas eleições presidenciais, uma parte importante da opinião pública fica excluída da política oficial. Esta não é, por certo, a melhor maneira de assegurar a estabilidade política no Egito.